Queda de ponte: Marinha suspende busca subaquática no Rio Tocantins

A Marinha do Brasil anunciou, na manhã desta quinta-feira (2), a suspensão das buscas subaquáticas no Rio Tocantins, após o colapso parcial da ponte Dom Pedro II, situada entre os municípios de Imperatriz (MA) e Porto Franco (MA). A tragédia, que ocorreu em 28 de dezembro de 2024, deixou ao menos oito mortos, além de desaparecidos cujos corpos ainda não foram localizados.

O incidente, que mobilizou equipes de resgate de diversas instituições, expõe não apenas os desafios técnicos e logísticos enfrentados em operações de grande escala, mas também questões estruturais e de fiscalização que comprometem a segurança de obras públicas em todo o país.

Dinâmica do colapso e primeiros socorros

O colapso ocorreu no trecho central da ponte, uma das principais vias de ligação entre o norte e o centro-oeste brasileiro, utilizada diariamente por cerca de 8 mil veículos. Testemunhas relataram que a estrutura cedeu repentinamente, arrastando dois caminhões e um ônibus para as águas do rio, que registrava nível elevado devido às chuvas intensas típicas desta época do ano.

As primeiras equipes de resgate, compostas pelo Corpo de Bombeiros do Maranhão e pela Marinha, chegaram ao local em menos de uma hora. Mergulhadores especializados iniciaram uma operação subaquática para localizar vítimas e destroços. No entanto, a visibilidade extremamente baixa, aliada à forte correnteza, dificultou significativamente os esforços.

O trabalho inicial resultou na recuperação de cinco corpos e no resgate de 12 sobreviventes. Contudo, à medida que os dias passaram, as condições adversas no leito do rio comprometeram a continuidade das buscas submersas, levando à decisão de suspensão temporária.

Desafios técnicos e razões para a suspensão

Em coletiva de imprensa, o almirante Luiz César Braga, comandante do 4º Distrito Naval, explicou que a decisão foi tomada com base na avaliação de segurança das equipes e na

inviabilidade técnica de prosseguir com as buscas. “Estamos lidando com um cenário de extrema complexidade: correntes de até 6 nós, profundidade variável e grande quantidade de detritos metálicos da estrutura da ponte, que oferecem risco iminente aos mergulhadores”, afirmou.

Especialistas também destacam a dificuldade em localizar corpos em rios com características como as do Tocantins, onde a profundidade pode ultrapassar 20 metros em alguns trechos, e a sedimentação densa prejudica a operação de sonares.

Contexto estrutural e histórico da ponte

Inaugurada em 1985, a ponte Dom Pedro II vinha apresentando sinais de desgaste estrutural nos últimos anos, segundo relatórios técnicos emitidos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Um documento de 2023 apontava corrosão avançada nas vigas de sustentação e fissuras no asfalto, recomendando reparos urgentes.

Apesar das recomendações, intervenções foram adiadas por falta de recursos, segundo o DNIT, que alega ter solicitado verbas suplementares ao Ministério dos Transportes, sem sucesso. “Essa tragédia é fruto de negligência prolongada. As inspeções apontaram o risco, mas faltou prioridade política”, criticou o engenheiro civil Marcos Tavares, especialista em infraestrutura de transportes.

Impacto social e econômico

A ponte é crucial para o escoamento de grãos e produtos industrializados entre o norte do país e os portos do sudeste, além de ser rota diária de trabalhadores e moradores da região. Com o colapso, o tráfego foi desviado para balsas e estradas alternativas, resultando em atrasos significativos no transporte e prejuízos estimados em R$ 50 milhões na primeira semana após o incidente.

Além disso, as comunidades ribeirinhas expressaram preocupação com a segurança de outras pontes na região. “Se essa tragédia não servir de alerta para que o governo federal invista em manutenção, temo que outras vidas sejam perdidas”, afirmou João Medeiros, líder

comunitário de Porto Franco.

Próximos passos e investigações

A Polícia Federal instaurou inquérito para apurar responsabilidades pelo desastre. O Ministério Público também abriu procedimento investigativo para identificar omissões no processo de manutenção e fiscalização da ponte.

Enquanto isso, o governo federal anunciou a criação de um comitê emergencial para avaliar a situação de infraestrutura de pontes em regiões estratégicas. “Esta tragédia expõe a urgência de um plano nacional de recuperação de pontes e viadutos”, declarou o ministro dos Transportes, André Figueiredo, em pronunciamento.

Memória e solidariedade

Enquanto autoridades buscam respostas e soluções, a comunidade local tenta lidar com a dor da tragédia. Um memorial improvisado foi erguido próximo ao local do colapso, onde familiares e amigos das vítimas depositam flores e mensagens em homenagem aos que perderam a vida.

A suspensão das buscas subaquáticas não encerra a dor dos que ainda aguardam por notícias de seus entes queridos. Contudo, ela ressalta os desafios operacionais e a necessidade de um olhar mais atento para a preservação de vidas humanas em um país que, muitas vezes, negligencia a manutenção do que deveria ser inabalável.